

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:

Percepção dos sujeitos, educadores e gestores sobre a modalidade EJA/Exames

Luciene Maria Coelhoⁱ

Greisse Moser Badallotiⁱⁱ

Orientadora

RESUMO

A continuidade do processo de escolarização de jovens e adultos é exigida pelas mudanças tecnológicas, econômicas e culturais da sociedade como também pelos sujeitos que por diferentes histórias de vida não deram continuidade aos seus estudos. Acreditando no direito da conclusão e continuidade da escolarização dos sujeitos, este artigo tem por finalidade apresentar a Modalidade EJA/Exames a partir de seu processo de organização e execução pela Secretaria Municipal de Educação de São José, analisando a percepção dos sujeitos, educadores e gestores sobre essa Modalidade da Educação Básica. Esta pesquisa ancora-se na abordagem qualitativa de investigação. Como instrumentos de pesquisa foram utilizados dois questionários semi-abertos, destinados a gestores, educadores e sujeitos que prestaram os exames. Foram analisados 15(quinze) questionários que apresentam como resultado que é possível organizar e executar a Modalidade EJA/Exames, contando com os profissionais (gestores e professores) atendendo a um público com histórias de vida, identidades e subjetividades que devem ser respeitadas e que buscam nessa modalidade a possibilidade de reconquistar seu direito à escolarização, optando pela realização do exame para conclusão do Ensino Fundamental e Médio.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Exames. Gestão. Sujeitos da EJA

1. Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica destinada às pessoas que não tiveram acesso ou não puderam dar continuidade ao Ensino Fundamental e Médio. Esses sujeitos que na idade adequada foram privados, por diversos motivos, dos saberes formais instituídos pela escola, precisam de alguma forma ter seu direito à educação assistida.

A legislação vigente reitera que todos, jovens e adultos, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, assim como pela Constituição Federal de 1988, tem direito ao aprendizado de maneira formal, ou seja, pela escolarização, e também da formação integral para a cidadania. Nesse momento, pensamos na importância de políticas públicas que atendam as necessidades desses sujeitos.

Esta pesquisa teve seu foco na Modalidade da EJA/Exames com o objetivo de apresentar que é possível planejar e executar os Exames envolvendo a equipe gestora e educadores da Rede Municipal de Educação de São José, além de refletir sobre a importância da oferta desta modalidade a partir das percepções de educadores, gestores e sujeitos inscritos.

Trabalhei na Secretaria de Educação de São José, equipe gestora da EJA e ao participar do processo de organização e execução dos exames de certificação foi possível perceber o quanto esta modalidade é importante e valorizada pelos sujeitos o que me motivou na realização desta pesquisa. Os Exames apresentam uma demanda crescente de interessados em realizá-la numa perspectiva positiva de crescimento profissional, cultural e social.

A pesquisa foi realizada a partir do conhecimento de todo o processo de planejamento, organização e execução dos exames e da análise do instrumento questionário, que foi respondido por gestores, educadores do município de São José e sujeitos inscritos nesta modalidade, que participaram efetivamente deste trabalho.

Atualmente a Educação de Jovens e Adultos no Município de São José está estruturada em 10 (dez) Centros de Educação Municipal, funcionando com 61 turmas do Ensino Fundamental e Médio atendendo a 2046 alunos. Além da oferta da EJA no período noturno e dos Exames é ofertado no Centro de Referência da Educação de Jovens e Adultos, turma de alfabetização, Ensino Fundamental e Médio na modalidade à distância.

Assim, este artigo está organizado, além desta introdução, com dados históricos referentes à EJA no Brasil e no Município de São José, apresentação da trajetória da modalidade exames no município, análise e discussão dos dados e, por fim, as considerações finais.

1. Um pouco de história

A história da educação brasileira é marcada por grandes revoluções que se iniciam na década de 1900, começo do século XX, desencadeadas por processos oriundos de questões

ideológicas e políticas, bem como avanço da industrialização que passa a exigir novas habilidades e competências do sujeito trabalhador, demandando uma inovação dos currículos escolares, visto que a exigência por uma mão de obra qualificada passa a ser requisito para atender a revolução industrial. A partir daí, surge e cresce o movimento progressista em prol de uma educação emancipadora e, sobretudo, de uma gestão democrática.

Na década de 1960, o

“(...) golpe militar de 1964 trouxe consigo a interrupção de direitos e, sobretudo, do desenvolvimento de muitas promessas de democratização social e política em gestão, inclusive da educação escolar e popular no Brasil. O regime militar, por sua forma política de se instalar e de ser, acabou por instaurar, dentro do campo educacional, comandos autoritários de mandamentos legais, os quais, por sua vez, se baseavam mais no direito da força do que na força do direito. O temor, a obediência e o dever suplantaram o respeito, o diálogo e o direito.” (CURY, 2005, p.15)

O reconhecimento jurídico pelo Estado do direito humano à educação de pessoas jovens e adultas (EJA) aconteceu em 1988 com a aprovação da Constituição Federal passando a se constituir em uma modalidade específica da educação básica, tendo por objetivo a defesa do direito de todos à educação e o reconhecimento das pessoas jovens e adultas como sujeitos de conhecimentos e aprendizagens, não somente no âmbito da escolarização, mas também da formação integral. Um marco importante da educação de jovens e adultos em nosso país foi à implantação do ensino supletivo com a mudança da estrutura da educação escolar no Brasil por meio da Lei 5.692/71.

Ressalta-se que nesse contexto histórico (1961-1964), teve início uma intensa mobilização da sociedade civil em torno da alfabetização de adultos e educação popular. Neste período, surge o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) com o objetivo de ensinar a ler e a escrever, sem os pressupostos emancipatórios, divergindo de uma educação libertadora e transformadora propostas por Freire (1996).

A história mostra que os analfabetos eram proibidos de exercer o direito de votar por não pertencerem ao mundo das letras, sendo vistos como incapazes de exercer sua cidadania. Freire, no livro: *Pedagogia da Autonomia* escreve sobre discriminação.

Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar (...). Saber que devo respeito à autonomia e a identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber. (FREIRE, 1996, p. 66-77.)

A Constituição de 1988 é um dos marcos legais da luta pela busca da democracia, quando reconheceu o direito de todos à educação ao assegurar o ensino fundamental, público e gratuito, a todos, independente de idade.

Em 20 de dezembro de 1996, é criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, que representou um avanço em relação ao processo de legalidade e legitimidade da educação de adultos. A referência à EJA acontece nos artigos 4º, 5º, além da seção V composta pelos artigos 37º e 38º, destacando-a como Modalidade de ensino de Educação Básica.

Segundo o Art. 37, os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos da idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 1996 – atualizada).

De acordo com a Resolução n.º 1, de 5 de julho de 2000, do Conselho Nacional de Educação (CNE) – que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos –, a oferta desta modalidade de ensino deve considerar as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

A Resolução nº 3/2010, institui as Diretrizes Operacionais para a educação de jovens e adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso, certificação nos exames e EJA desenvolvida à distância. Assim, dispõe que a educação de jovens e adultos é oferecida em cursos presenciais, semipresenciais e não-presenciais (à distância), além da oferta de exames. A estrutura do ensino presencial, semipresencial e não-presencial pode variar de acordo com as opções de cada sistema de ensino. A avaliação, a promoção e a certificação também seguem as mesmas determinações do ensino fundamental e médio, ou seja:

- Avaliação contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos.
- Possibilidades de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado.

Os cursos e exames realizados no interior dessa modalidade de ensino possibilitam ao aluno o prosseguimento de estudos em caráter regular no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Segundo a LDB, em seu artigo 38º, “os sistemas de ensino manterão cursos e exames, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.”

O Parecer CNE/CEB n. 23/2008, dispõe sobre a duração dos cursos e idade mínima para ingresso na EJA e certificação nos exames, possibilitando o prosseguimento dos estudos no ensino fundamental (maiores de 15 anos) e no ensino médio (maiores de 18 anos)

A socialização do poder, segundo Veiga (1997, p.18), propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.

Frente a este contexto, faz-se necessário uma gestão na EJA voltada para o interesse dos sujeitos, jovens e adultos respeitando sua história de vida, seu contexto sociocultural, seus problemas e dificuldades.

Lück (2009) fez referência à gestão como um processo de mobilização de pessoas, coletivamente organizadas que buscam promover a realização dos objetivos educacionais. O que pressupõe uma atuação participativa.

O princípio da participação se categoriza como elemento ao processo de gestão democrática por que:

[...] caracterizando-se por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme [...] (LÜCK, 2008, p.29)

Uma gestão que considere os sujeitos da EJA na sua diversidade, com suas trajetórias, nos seus tempos e percursos, estará respeitando e propondo uma escolarização que possa ser assumida efetivamente por estes sujeitos contribuindo para concluí-la ou dar-lhe continuidade.

Nosso país é marcado pela diversidade cultural, econômica e geográfica, além dos problemas de saúde, segurança e educação. Dados do INEP registram uma realidade educacional deficitária, com uma média de escolarização de apenas 7,5 anos e um número de analfabetos que chega a atingir 14 milhões de pessoas. Além de uma baixa taxa de

escolarização líquida da população de 15 a 17 anos no Ensino Médio (cerca de 50%). (FORUM NACIONAL DA EDUCAÇÃO – FNE, 2013, p.4).

O Brasil assistiu nos últimos anos a um processo de redução das matrículas em cursos da EJA em praticamente todos os Estados e regiões do país, mas isso não significa que a demanda por essa modalidade tenha reduzido. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2013, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil pouco mais da metade dos jovens, 54,3% terminam o Ensino Médio aos 19 anos de idade e no Ensino Fundamental, com até 16 anos, 71,1% dos alunos conseguem concluir esta etapa.

A educação de jovens e adultos pode ser organizada em cursos presenciais e não-presenciais (a distância), além da oferta de exames para a conclusão do Ensino Fundamental e Médio. Os sistemas de ensino definem a estrutura e duração dos cursos respeitados as normas da legislação educacional.

Essas e outras questões justificam a necessidade de projetos de pesquisas na EJA ou PROEJA, investindo na articulação entre ensino, pesquisa e extensão e/ou intervenção. Segundo Gil (2002), a pesquisa é um processo sistemático de desenvolvimento do método científico visando à obtenção de respostas para problemas da realidade. Constitui-se em uma importante ferramenta para diagnosticar a realidade, contribuindo para a construção de conhecimentos que favoreçam o acesso a permanência e a qualidade da educação.

2. Exames para a conclusão do Ensino Fundamental e Médio no Município de São José: legitimando os saberes obtidos fora do espaço escolar

A iniciativa da implantação da EJA no município de São José deu-se em virtude de uma pesquisa realizada em 1998 com o objetivo de levantar dados sobre as crianças que estavam fora da escola aonde foi constatado que para cada uma delas existia um pai ou uma mãe sem escolarização. Esses dados incentivaram a abertura de turmas de educação de jovens e adultos.

Neste mesmo ano a EJA teve início em São José, primeiramente com turmas de alfabetização e posteriormente com a ampliação da oferta para o Ensino Fundamental e Médio, atendendo a 4.500 alunos distribuídos em 15(quinze) Centros de Educação Municipal.

Segundo o censo do IBGE, 2014, o município de São José tem uma população de 228.561 habitantes, sendo que diariamente vem recebendo migrantes de vários estados, principalmente do nordeste do Brasil que chegam e busca de melhores condições de vida e também de escolarização.

Em 2001, passou-se a oferecer os Exames que certificam conhecimentos e competências em nível Fundamental e Médio contemplando outro perfil da população: aquelas pessoas que não tem condições de frequentar as salas de aula. O processo de implantação exigiu o estudo da Legislação no que diz respeito a regulamentação dos Exame, formação de uma equipe de trabalho, metodologias e estratégias para implantação nas escolas.

Os Exames são regulamentados pela Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a certificação está prevista no artigo 38 da referida Lei, assim como no Sistema Municipal de Ensino do Município de São José. Os exames possibilitam aos sujeitos a conclusão de sua escolaridade, com possibilidade de acesso a universidade, bem como, contribuir para ascensão funcional de trabalhadores, favorecendo uma melhor qualidade de vida, sendo ofertada a toda a população do Município e Estados brasileiros.

Desde o início dos Exames no município foram realizadas 17 etapas, perfazendo um total de aproximadamente 20 mil inscritos. A retomada dos Exames no ano de 2014 (com 1105 inscritos), após 5(cinco) anos, deu-se com o objetivo de atender os sujeitos que diariamente telefonavam ou compareciam pessoalmente à Secretaria de Educação solicitando a sua realização para a conclusão da escolaridade.

A partir dessa necessidade, a equipe gestora iniciou o planejamento e organização dos Exames envolvendo os profissionais da rede Municipal de educação. Aos professores da EJA selecionados, coube a responsabilidade da elaboração das provas e a realização dos “aulões” preparatórios referentes a cada disciplina.

A procura por informações referentes à realização dos exames no município é diária e, para atender a essa demanda os Exames fazem parte das políticas públicas para a educação de jovens e adultos.

Diante disso, passa-se a análise dos dados referentes as percepções de educadores, gestores e sujeitos inscritos nos exames sobre esta modalidade.

3. Método

Esta pesquisa parte de uma análise qualitativa, utilizando como técnica para coleta de dados o instrumento questionário semi-aberto. Foi elaborado o questionário 1, destinado a gestores e educadores da Rede Municipal de Educação de São José/SC e o questionários 2 para os sujeitos inscritos nos Exames, veja apêndices A e B para conhecer a pesquisa em sua totalidade. Cada instrumento foi organizado com 6(seis) perguntas, com o objetivo de conhecer a percepção dos mesmos sobre a Modalidade. Os dados referentes aos sujeitos foram coletados no momento que realizavam as inscrições e dos educadores e gestores nas escolas e Secretaria de Educação.

Entre as possibilidades que o questionário oferece está a de conhecer o que “[...] fazem, opinam ou pensam os sujeitos da pesquisa, por meio de perguntas realizadas por escrito e que podem ser respondidas sem a presença do pesquisador”. (BUENDÍA. L. et al. 1998, p.123-124).

Foram analisados 10(dez) sujeitos (faixas etárias diferentes) e 5(cinco) gestores e professores da Rede Municipal de Educação de São José/SC (priorizando os que entregaram primeiro o questionário) que trabalham na EJA e participaram de todas ou algumas das etapas dos Exames.

O processo de análise teve início com a leitura de todos os questionários, passando a organização dos tópicos correspondentes a cada pergunta, realizando o registro e a análise dos dados.

4. Apresentação e discussão dos resultados da pesquisa: percepção dos sujeitos, educadores e gestores sobre a Modalidade EJA/Exames

A partir de todas as falas coletadas nos questionários 1 e 2 , foi realizada uma análise de todo o material, identificando o que é mais significativo para os grupos investigados: gestores, educadores e sujeitos inscritos nos exames.

<p align="center">Questionário 1 (Categorias analisadas)</p>	<p align="center">Respondido de 5 (cinco) gestores/educadores</p>
<p><i>Avaliação das políticas públicas para EJA, especificamente a Modalidade EJA/ Exames organizada pela Secretária de Educação do Município de São José.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Consideram uma alternativa de conclusão do Ensino Fundamental e Médio para os sujeitos que por diferentes motivos se evadiram da escola e hoje não tem condições de frequentar diariamente às salas de aula, constituindo-se numa ação que atende a uma parcela significativa da população que busca o atendimento de seu direito à educação como legítima a LDB.
<p><i>Contribuições dessa Modalidade para a população.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão do Ensino Fundamental e Médio; - Possibilidade de frequentar um curso técnico ou superior, dando continuidade a sua escolarização; - Elevação da autoestima; - Socialização; - Possibilitar que os estudantes possam fazer mais de uma vez os exames, caso o candidato não consiga eliminar todas as matérias; - Oportunidade de entrada no mercado de trabalho; - Valorização dos saberes já adquiridos; - Melhoria salarial e condições de vida.
<p><i>O conhecimento adquirido através da realização dos Exames por competências, previsto na LDB, proporciona sucesso aos estudantes.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - A valorização dos saberes dos sujeitos, seu conhecimento de mundo e suas experiências de vida, fazem parte do resgate das competências e habilidades que são valorizadas na elaboração dos exames; - Essa modalidade exige dos sujeitos uma postura autodidata, além de muita disciplina e foco nos estudos.
<p><i>Organização dos Exames pela equipe gestora e educadores da rede municipal de educação.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Colocam a importância da compreensão pelo gestor público do que é a EJA e suas modalidades; - Consideram importante o envolvimento dos profissionais da EJA na organização dos exames envolvendo-os em todas as etapas (organização, elaboração de provas, inscrições, divulgação, “aulões”, aplicação das provas e certificação) por conhecerem a realidade dos sujeitos e também a valorização da própria equipe de educadores do município.

Fonte: Quadro de dados produzido pela autora

Questionário 2 (Categorias analisadas)	Sujeitos inscritos nos exames Respondido por 10(dez) sujeitos
<i>Motivo para a desistência da escola.</i>	A necessidade de sustentar a família e procurar um emprego, fez com que o trabalho fosse apontado como o principal motivo para a desistência da escola, seguido por condições financeiras, casamento e filhos.
<i>Motivo para realização dos exames.</i>	A qualificação profissional para a melhoria de emprego e, conseqüentemente melhores salários, foi o aspecto apontado como principal motivo para realizar os Exames.
<i>Contribuição dos exames para sua vida.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Continuidade da escolarização; - Crescimento profissional; - Ingressar num curso profissionalizante ou curso superior; - Melhoria salarial;
<i>Opinião sobre a realização dos Exames.</i>	Destacam os Exames como uma oportunidade importante para quem, por diferentes motivos, abandonou os estudos e tem a chance de poder retomar sua escolarização e vislumbrar um futuro melhor.

Fonte: Quadro de dados produzido pela autora

5. Considerações finais

Apesar das pesquisas relacionadas às matrículas na EJA apontarem uma redução de matrículas por essa Modalidade da Educação Básica, existe uma demanda de sujeitos que necessita de um “olhar” diferenciado para suas identidades, diversidades e subjetividades que devem ser analisadas e respeitadas.

Nesse sentido, acreditamos que esta pesquisa fortaleça a reflexão sobre a importância de ações direcionadas a Educação de Jovens e Adultos que atendam aos sujeitos que desejam elevar sua escolarização, mas não tem condições de frequentar diariamente a escola, legitimando os saberes adquiridos fora do espaço escolar.

Diante das análises das falas dos sujeitos inscritos nos Exames, foi possível inferir que eles consideram a educação como o meio mais importante e até mesmo o mais acessível para

ingressar no mercado de trabalho e ter reconhecimento na sociedade. E apesar de todas as dificuldades de suas histórias de vida marcadas por desigualdades, veem na realização dos Exames a possibilidade de terem melhores condições de vida, superando a condição de excluídos do processo de escolarização.

Os gestores e educadores salientam que ao realizar os Exames os sujeitos têm sua autoestima elevada, participando de uma política afirmativa de garantia do direito à educação. Importante destacar que a atuação dos gestores, envolvendo os profissionais da EJA na organização dos exames possibilitou a valorização dos mesmos, ampliando as relações e proporcionando momentos de troca de experiências.

Enfim, percebemos o quanto a oferta dos Exames de conclusão do Ensino Fundamental e Médio é importante para que os sujeitos construam conhecimentos para o exercício profissional e atuem com mais autonomia na sociedade.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**. Disponível em <HTTP://www.mec.gov.br>. Acesso em: 02 de abril de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CEB n. 1/2000**, de 5 de julho de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000b.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CEB n. 3/2010**, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Estabelece as Diretrizes Operacionais para a educação de jovens e adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso, certificação nos exames e EJA desenvolvida à distância.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer CNE/CEB n. 23/2008** de 08 de outubro de 2008. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA nos aspectos relativos à duração dos

cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

BUENDÍA, L. et al. (1998). **Métodos de investigação psicopedagógica**. Madrid: McGraw Hill. BUENDÍA, L. et AL. (1999).

CURY, Carlos Alberto Jamil, **O princípio da gestão democrática na educação**. Gestão democrática da educação pública. Boletim 19. Brasília/MEC, 2005.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática: arte ou técnica de explicar e conhecer**. São Paulo: Ática, 1990.

FORUM NACIONAL DA EDUCAÇÃO – FNE, 2013, p.4

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

Proposta Curricular da EJA do Município de São José. São José, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2009.

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In VEIGA, Ilma Passos (org.) **Projeto político pedagógico na escola: uma construção possível**. Campinas, São Paulo, 2007, p. 11.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário 1 destinado a gestores e educadores.

Este questionário faz parte do Projeto de pesquisa intitulado: “A Educação de Jovens e Adultos e a Modalidade Exames: gestão e importância para os sujeitos da Rede Municipal de Ensino de São José”, que contribuirá na elaboração do artigo para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA do Instituto Federal de Santa Catarina. Tem por objetivo verificar a percepção de gestores e sujeitos da EJA sobre a Modalidade Exames Supletivos, sua organização, execução e importância. Agradeço sua importante contribuição.

- 1) Você é:
 gestor professor

- 2) Você participou em qual etapa da realização dos exames?
 Planejamento execução elaboração de provas “aulões” todas

- 3) Como você avalia as Políticas Públicas voltadas à EJA, especificamente a Modalidade Exames Supletivos organizadas pela Secretaria de Educação do Município de São José?

- 4) Quais as contribuições que os Exames Supletivos trazem para a população de jovens e adultos do município de São José?

- 5) O conhecimento adquirido através da realização dos exames por competências, previsto na LDB, proporciona sucesso aos estudantes?

- 6) Os Exames Supletivos na Rede Municipal de Ensino de São José, planejados e executados pela equipe gestora municipal e professores da rede, o que você acha dessa organização?

Outras Considerações:

APÊNDICE B - Questionário 2 destinado aos sujeitos inscritos nos exames.

Este questionário faz parte do Projeto de pesquisa intitulado: “A Educação de Jovens e Adultos e a Modalidade Exames: gestão e importância para os sujeitos da Rede Municipal de Ensino de São José”, que contribuirá na elaboração do artigo para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA do Instituto Federal de Santa Catarina. Tem por objetivo verificar a percepção de gestores e sujeitos da EJA sobre a Modalidade EJA/ Exames , sua organização, execução e importância. Agradeço sua importante contribuição.

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Qual foi o último ano/série que cursou?
- 3) Qual (is) a(s) causa(s) que o fez desistir de prosseguir seus estudos?
- 4) Qual o principal motivo que o levou a realizar os exames?
- 5) Que contribuições você acha que a realização dos exames pode trazer para a sua vida?
- 6) Os Exames na Rede Municipal de Ensino de São José são planejados e executados pela equipe gestora municipal e professores da rede. Qual a sua opinião sobre essa organização?

ⁱ Luciene Maria Coelho formada em Pedagogia habilitação em Supervisão Escolar pela UFSC, lumc.08@hotmail.com

ⁱⁱ Greisse Moser Badalloti
gremoser@yahoo.com.br